

03 JUL 2012

FOLHA DE S. PAULO

# Família de presidente do Tribunal de Justiça fica refém de bandidos

Durante tiroteio, sobrinha de Ivan Sartori é usada como escudo humano por assaltantes na zona sul de São Paulo

**Ladrão tentou fugir com carro em que estavam a irmã do desembargador e a filha dele, de 4 anos; elas não ficaram feridas**

Uma irmã, uma sobrinha e a filha de quatro anos do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, viveram momentos de terror na noite de anteontem.

Seis criminosos tentaram roubar o carro em que as três estavam. O veículo, porém, era escoltado por policiais militares que fazem a segurança da família de Sartori.

Houve tiroteio e a sobrinha do desembargador foi usada como escudo humano. A irmã e a filha caçula de Sartori ficaram dentro do carro enquanto um dos ladrões tentava fugir com o veículo.

O crime ocorreu por volta das 20h40, quando o carro dirigido pela sobrinha do desembargador, um Hyundai ix35, parou no sinal da avenida Presidente Tancredo Neves com a rua Nossa Senhora da Saúde, na região do Sacomã, zona sul de São Paulo.

Segundo a Polícia Civil, seis homens armados se aproximaram do veículo e anunciaram o assalto. Quando um deles tirou a motorista do carro, os seguranças que estavam em um Astra, logo atrás, desceram e começaram o tiroteio.

Um dos criminosos se protegeu colocando a sobrinha do desembargador na sua frente. Outro ladrão entrou no carro e saiu com o veículo em disparada. A irmã de Sartori não quis abandonar o automóvel porque, no banco de trás, estava a sua sobrinha, conforme a assessoria de imprensa do tribunal.

Sem conseguir controlar o veículo, o ladrão saiu do carro ainda em movimento e fugiu a pé em direção à favela Dom Macário.

A irmã do desembargador, que estava no banco do passageiro, teve de se deitar sobre o assento do motorista e frear o carro apertando o pedal do freio com as mãos. Nenhum familiar de Sartori se feriu durante o crime.

## PRISÃO

Os outros cinco ladrões fugiram após a troca de tiros com os seguranças. Dois criminosos acabaram baleados —um deles foi preso na madrugada de ontem no pronto-socorro de Heliópolis (zona sul).

O desempregado Luis Guilherme dos Santos Melo, 19, foi atingido na perna direita. Após ser medicado, acabou reconhecido pelas vítimas, conforme a Polícia Civil.

Melo não tinha constituído advogado até a conclusão desta edição. De acordo com a polícia, o suspeito não tem antecedentes criminais.

O delegado Enjolas Rello de Araújo, titular do 83º DP (Parque Bristol), afirmou que os ladrões não sabiam que as vítimas eram familiares do presidente do tribunal.

“Foi um roubo ocasional. O alvo era o carrão em que as três pessoas estavam.”

Procurado, o desembargador Sartori não quis conceder entrevista. Por meio de sua assessoria de imprensa, emitiu uma nota relatando o que ocorreu. O TJ não quis informar o nome das vítimas.

## ONDA DE ROUBOS

Dados da Secretaria da Segurança Pública mostram que, nos cinco primeiros meses deste ano, o crime de roubo de veículos cresceu 26% na cidade de São Paulo em comparação com o mesmo período do ano passado.

Na região onde ocorreu o crime, a alta foi de 16,7%.

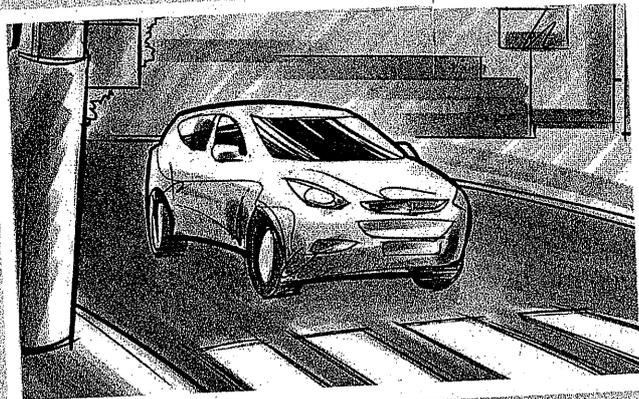
03 JUL 2012

# FOLHA DE S. PAULO

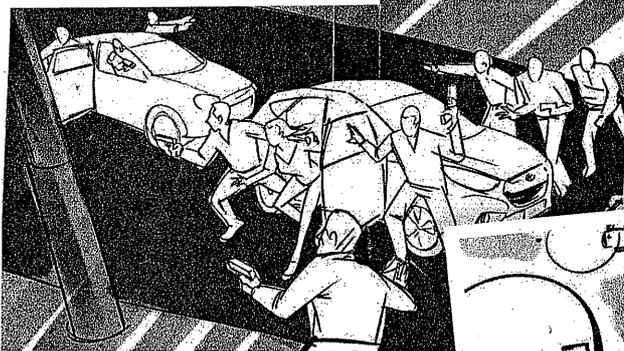
CONTINUAÇÃO

## MOMENTOS DE TENSÃO

Parentes de presidente do TJ são alvo de tentativa de assalto



**1** As 20h30 de domingo, a sobrinha do presidente do TJ, Ivan Sartori, para seu veículo em um semáforo na avenida Presidente Tancredo Neves. Nele estavam uma irmã de Sartori e uma filha dele, de 4 anos



**2** Seis homens armados que estavam na calçada anunciam o assalto. Retiram a sobrinha do volante do carro e são surpreendidos por PMs à paisana que faziam a escolta da família de Sartori

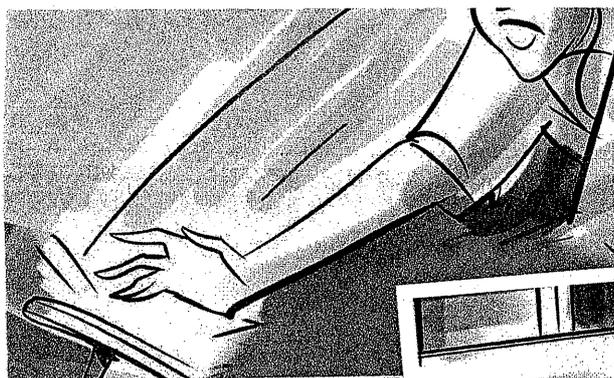


CONTINUA

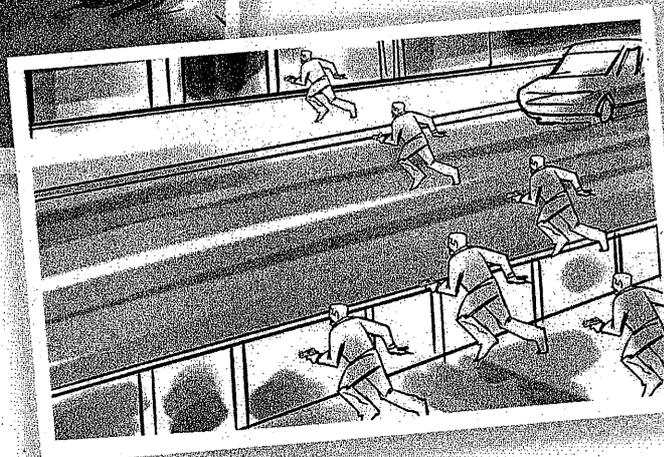
# 03 JUL 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### CONTINUAÇÃO



**3** Começa uma troca de tiros e a sobrinha é usada como escudo. Um dos ladrões entra no carro e inicia a fuga. A irmã de Sartori, que estava no veículo, se nega a sair para não abandonar a criança



**4** Pouco depois, o ladrão pula do carro em movimento. A irmã se joga pelo banco e consegue parar o carro colocando as mãos no pedal

**5** Os seis ladrões fogem em direção à favela do Macário, sem levar nada. Depois, um é preso. Ninguém da família de Sartori se feriu

#### NÚMEROS DA VIOLÊNCIA

De janeiro a maio

		2011	2012	Varição
ROUBOS	Total na cidade	44.950	48.251	7,3%
	83º DP (Pq. Bristol)	330	315	-4,5%
ROUBOS DE VEÍCULOS	Total na cidade	15.544	19.588	26%
	83º DP (Pq. Bristol)	155	181	16,7%

Fontes: Polícia Civil e TJ-SP

CONTINUA

# FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

➤ ENTREVISTA

## Crimes estão ligados ao tráfico, diz pesquisador

Coordenador do Núcleo de Estudos sobre Situações de Violência e Políticas Alternativas da Unesp, José dos Reis Santos Filho diz que o aumento da criminalidade no Estado pode estar ligado ao tráfico de drogas.

**Folha - Por que o Estado não consegue conter a alta nos crimes contra patrimônio?**

**José dos Reis Santos Filho** - A tese sobre a situação social está mais complicada de ser apresentada porque a situação do país, em geral, melhorou muito em relação ao passado. Fora isso, há uma série de linhas de políticas públicas que tem colaborado.

Uma hipótese é que há grupos de narcotraficantes tentando se estabelecer, se fortalecer, no meio criminal. Isso porque o padrão geral é um acordo tácito entre o crime organizado, o PCC, por exemplo, e as autoridades policiais.

Esse acordo diz: "Não vamos chamar a atenção para que a repressão não venha para cima da gente".

03 JUL 2012

**Mesmo com escolta, familiares do presidente do TJ foram vítimas de uma tentativa de roubo. Nem assim as pessoas estão seguras?**

Posso admitir a possibilidade de um ato ousado em que os ladrões sabiam quem estava no carro ou a de que não sabiam que o carro era "carimbado". Se não sabiam, cometeram uma gafe extraordinária.

**Pelo que a polícia falou, os ladrões não sabiam.**

Qualquer uma das hipóteses mostra uma sofisticação do roubo. Não só os casos de veículos, mas também os arrastões, nos assaltos a joalherias há um mínimo de organização.

**O que isso quer dizer?**

Que mesmo o ladrão "pé de chinelo" aprendeu a se organizar de forma sofisticada e a polícia é ineficiente. Ainda há muito pouco caso solucionado.

# 03 JUL 2012

## FOLHA DE S. PAULO

### MONICA BERGAMO

### ROMARIA SUPREMA

O presidente da CNBB, dom Raymundo Damasceno, recebeu o ex-ministro José Dirceu em sua casa, em Aparecida (SP), no sábado. Réu no mensalão, o pequista entregou ao líder religioso um CD com sua defesa no processo que será julgado em agosto no STF (Supremo Tribunal Federal).

#### DEBATE

Em manifestação recente, dom Raymundo disse que a CNBB cobraria do Congresso e do STF providências contra a corrupção. Disse ainda que a entidade estimularia “padres a debaterem com fiéis o tema da ética pública”, por 2012 ser um ano eleitoral.

#### BELO MONTE

A ministra Eliana Calmon enviou ofício à presidência do Tribunal Regional Federal da 1ª Região dando prazo de 30 dias para que o CNJ (Conselho Nacional de Justiça) receba informações sobre a situação dos processos relativos à usina de Belo Monte. A data expira em meados deste mês. O Ministério Público Federal já moveu 14 ações por causa de irregularidades na obra. Só um processo transitou em julgado.

## Vereadores empregam 1.077 assessores sem concurso em São Paulo

Nomeados e lotados nos gabinetes, servidores custaram R\$ 5,6 milhões à Câmara em junho

Os vereadores de São Paulo empregam em seus gabinetes 1.077 funcionários sem concurso, com salários mensais que chegam a R\$ 24.100. Somados, custaram em junho R\$ 5,6 milhões aos cofres do Legislativo paulistano.

Os números e os nomes dos assessores em cada gabinete dos 55 parlamentares e das lideranças dos partidos e blocos partidários foram colocados ontem no site da Câmara ([www.camara.sp.gov.br](http://www.camara.sp.gov.br)), no link “Salários Abertos”.

A medida atende à Lei de Acesso à Informação, sancionada no final do ano passado pela presidente Dilma Rousseff, e complementa a primeira relação —de servidores contratados por concurso—, divulgada em maio.

Cada vereador tem direito a uma verba mensal de R\$ 106.452 para contratar até 18 assistentes parlamentares, mas eles podem utilizar a verba total ou parcialmente.

Podem ainda utilizá-la totalmente, mas com menos assessores, desde que o salário de cada um não supere o teto do município, que é de R\$ 24.117, o salário pago ao prefeito Gilberto Kassab (PSD).

Por exemplo: um vereador pode contratar cinco assessores e pagar um salário de até R\$ 21.290 a cada um.

A grande maioria, no entanto, contrata o máximo de assessores permitido —esse contingente costuma servir de apoio aos vereadores no relacionamento com suas bases eleitorais e geralmente são utilizados na campanha.

O número de funcionários indicados por vereadores, sem concurso, é muito maior que o de trabalhadores concursados no Legislativo: 662.

Além da verba para pagar assessores, cada gabinete recebe ainda uma ajuda de custo mensal de R\$ 17.287, para pagar despesas como serviços gráficos, correios, combustíveis, telefone e materiais de escritório, entre outros.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

REGIONAL SUL

## Encontro do CNJ discute 03 JUL 2012 valorização do Magistrado

Evento reuniu representantes de todos os segmentos da magistratura

**N**o último dia 29 em Florianópolis, no Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, aconteceu o Primeiro Encontro do Programa "Valorização - Juiz Valorizado, Justiça Completa!", do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O evento reuniu representantes de todos os segmentos da magistratura, com a finalidade de refletir sobre o tema e propor medidas para eliminar ou minimizar a percepção distorcida por parte da sociedade, em relação ao trabalho do magistrado, que considera a produtividade numérica como o principal critério de valorização do profissional, desconsiderando o caráter qualitativo, até o ponto de influenciar na promoção da carreira.

Para o conselheiro José Lúcio Munhoz, presidente da Comissão Permanente de Eficiência Operacional e Gestão de Pessoas do CNJ, o Judiciário hoje é chamado para resolver questões diversas. São problemas de atendimento na saúde, nos aeroportos, falha dos serviços de operadoras de telefonia, por exemplo, o que tem sobrecarregado os magistrados. O conselheiro acrescentou ser necessário ampliar os canais de comunicação com a sociedade, a fim de que ela possa reconhecer a importância do trabalho do Judiciário para a segurança e melhoria na qualidade de vida da população.

Durante o encontro, o conselheiro Jefferson Kravchychyn defendeu que as administrações dos tribunais vejam e tratem os juizes como "indivíduos, como pessoas, não como máquinas de sentença". A cobrança sistemática da produtividade e a falta de atenção aos aspectos pessoais têm levado muitos magistrados à desestabilização emocional, ocasionando faltas funcionais ou éticas.

Por sua vez, o secretário de Comunicação Social do CNJ, Marcone Gonçalves, defendeu que os tribunais adotem políticas de Comunicação e fortaleçam as assessorias encarregadas de estreitar o diálogo entre o Judiciário e a sociedade, inclusive no seu relacionamento com a mídia, utilizando-a a seu favor.

### **BOAS PRÁTICAS**

No entendimento do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR), desembargador Miguel Kfourti Neto, presente ao evento e integrante da mesa de abertura dos trabalhos, a comunicação à sociedade, da realidade e do trabalho incansável da magistratura, deve assumir papel fundamental nos dias atuais.

Na avaliação do desembargador Noeval de Quadros, corregedor-geral do TJPR, também presente ao encontro, é preciso trabalhar a autovalorização do magistrado e também a valorização interna. Segundo ele, há muita compe-

tição em alguns ambientes dos tribunais. Competição por cargo, por produção, por promoção. E falta um pouco mais de diálogo, de solidariedade entre os juizes, que são muito fechados. "Por isso, nossa imagem é um pouco distorcida perante a sociedade", disse o desembargador.

O corregedor acrescentou ainda que vê na sua área de atuação, a correição, uma ótima oportunidade para expressar o reconhecimento do Tribunal, na valorização do magistrado, não somente apontando algumas irregularidades nos serviços, como também realçando as boas práticas e os bons desempenhos. De acordo com ele, é a oportunidade de saber o que é que aflige o juiz, suas angústias e dificuldades. Afinal, todos queremos ser ouvidos, afirmou o desembargador Noeval. Para ele, a iniciativa desses debates, em todo o Brasil, é digna de elogios. É o primeiro passo para essa desejada valorização.

**CONTINUA**

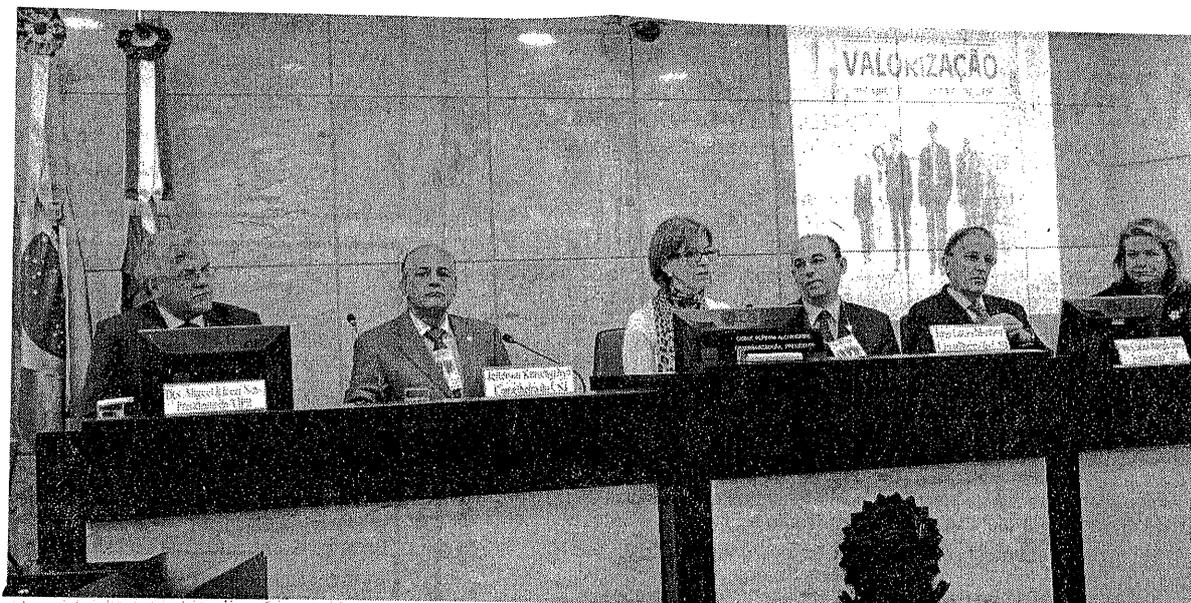
03 JUL 2012

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

## CONTINUAÇÃO

O “Programa Valorização – Juiz Valorizado, Justiça Completa!” atende aos objetivos estratégicos firmados pelo CNJ na Resolução 70/2009, que trata do planejamento e da gestão estratégica no âmbito do Poder Judiciário. O Programa visa subsidiar o CNJ e demais órgãos do Poder Judiciário na proposição de políticas públicas voltadas ao reconhecimento da importância do trabalho dos magistrados.

Esse primeiro encontro, em Florianópolis, contou com participação de desembargadores e juizes da região Sul. Posteriormente, o programa será lançado nas demais regiões do País.



Esse primeiro encontro, em Florianópolis, contou com participação de desembargadores e juizes da região Sul.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CENTENÁRIO

PR: 03 JUL 2012

## Corpo de Bombeiros passará por reestruturação

Proposta reunirá uma série de medidas  
para melhorar e fortalecer a instituição

O governador Beto Richa anunciou ontem que encaminhará para a Assembleia Legislativa nos próximos meses um projeto de reestruturação do Corpo de Bombeiros. Richa disse que a proposta reunirá uma série de medidas para melhorar e fortalecer a instituição e toda a Polícia Militar do Paraná.

O anúncio foi feito durante a solenidade em comemoração ao Dia Nacional do Bombeiro, uma das atividades que compõem a programação dos 100 anos do Corpo de Bombeiros do Paraná, em Curitiba. “Vamos garantir melhor estrutura para o Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, para que tenham ainda mais condições de prestar um bom serviço às famílias paranaenses”, afirmou.

Richa ainda lembrou que o governo já anunciou investimentos na ampliação das instalações e novos quartéis no interior do Estado, na capacitação dos soldados e na modernização dos equipamentos. Entre outras ações está a contratação recente de 481 novos bombeiros e outros 1.967 policiais militares e a instalação de um novo grupamento em Curitiba.

“Esta centenária e gloriosa corporação tem muito que comemorar, merece o respeito e o reconhecimento de cada cidadão e o total

apoio do Governo do Estado”, destacou o governador, que foi homenageado com a medalha do Corpo de Bombeiros do Estado. A secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, foi homenageada como madrinha do centenário da instituição.

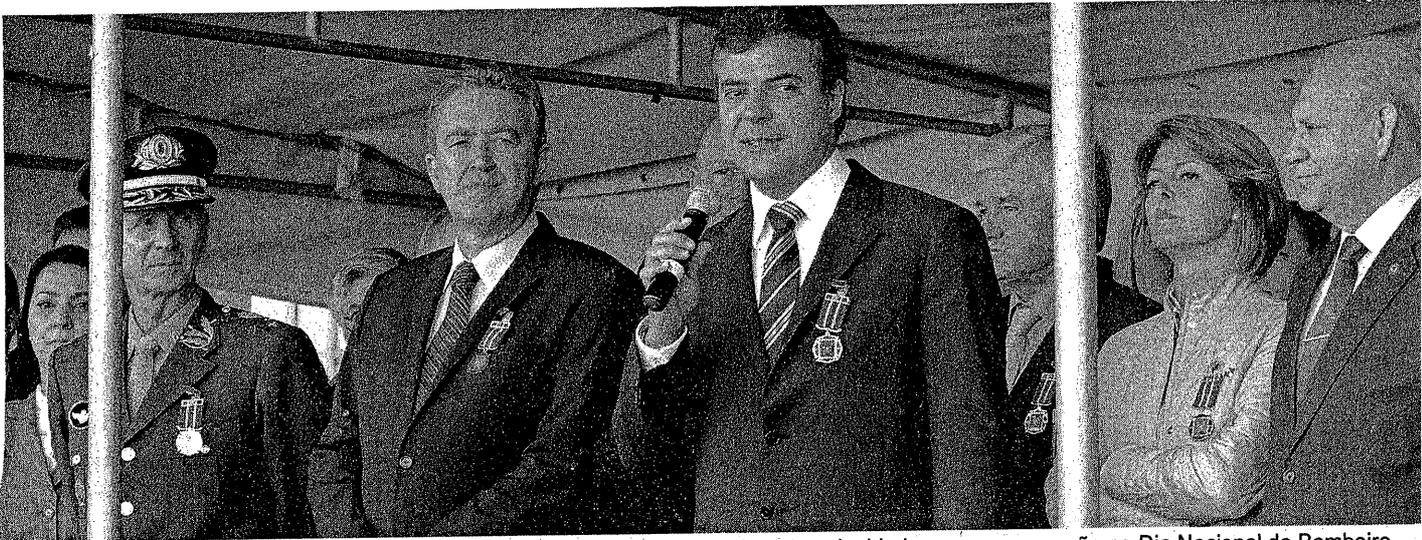
O secretário da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida Cesar, destacou o papel relevante que os bombeiros exercem na sociedade. “Todos têm uma estima e gratidão para com a corporação. Os bombeiros são heróis sem rosto que protegem uma criança, orientam um adulto, zela por um idoso, preservam o meio ambiente e estão sempre prontos a ajudar”, disse.

De acordo com o comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Antonio Luiz Ferreira da Silva, o centenário reforça o compromisso da corporação com a comunidade paranaense. Ele destacou os investimentos realizados pela atual gestão em todo o Estado. “Já adquirimos novas viaturas e equipamentos necessários para a atividade de bombeiros, como os de proteção individual de combate a incêndio, buscas e resgates, e também a inclusão de novos membros para reforçar o efetivo”, afirmou Ferreira.

03 JUL 2012

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

CONTINUAÇÃO



O governador Beto Richa anunciou reestruturação do Corpo de Bombeiros durante solenidade em comemoração ao Dia Nacional do Bombeiro

03 JUL 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### STF julgou 42 mil processos no primeiro semestre

Distribuição do tempo de propaganda eleitoral gratuita entre partidos, cotas raciais, Lei da Ficha Limpa, Lei Maria da Penha e interrupção de gravidez em caso de anencefalia estão entre os temas de maior relevância social decididos pelo Supremo Tribunal Federal (STF) no primeiro semestre de 2012. Ao todo, a Corte recebeu, neste período, 34.621 processos e proferiu mais de 42 mil decisões. O Plenário do Supremo se manifestou em 813 processos.

Entre os assuntos que tiveram repercussão para a sociedade, nas questões eleitorais o Plenário do STF julgou constitucional a Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar 135/2010), considerando válida sua aplicação às eleições deste ano, alcançando atos e fatos ocorridos antes de sua vigência (ADCs 29 e 30 e ADI 4578), e concluiu o julgamento sobre o tempo de propaganda eleitoral gratuita, para garantir que novos partidos possam participar do rateio de dois terços do tempo da propaganda, conforme previsto para as legendas com representação na Câmara (ADI 4430 e 4795).

O Plenário da Corte também declarou a constitucionalidade (ADC 19) da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) e de programas de cotas raciais, ao analisar as políticas do Prouni (ADI 3330) e da Universidade de Brasília (ADPF 186).

03 JUL 2012

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

# STF e TST são os primeiros tribunais a divulgar salários

O Poder Judiciário deu início na última semana à divulgação dos salários de juízes e servidores, conforme determina a Lei de Acesso à Informação. O Tribunal Superior do Trabalho (TST) publicou a remuneração de ministros e servidores, e o Supremo Tribunal Federal (STF) divulgou os salários de juízes auxiliares, magistrados instrutores e ministros da Corte.

A relação dos salários do TST está publicada na área de Transparência do portal, no botão Remuneração – Lei de Acesso à Informação. Além das informações referentes aos salários do mês de maio, também estão disponíveis os valores pagos em diárias aos colaboradores

do tribunal.

O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, recebeu em maio R\$ 21.670,04 líquidos. Em diárias, o tribunal pagou ao ministro o valor de R\$ 18.332,45. Seu salário bruto chegou a R\$ 30.270,32, com remuneração de R\$ 25.386,97, mais R\$ 710 em auxílio alimentação e R\$ 4.173,35 em vantagens eventuais.

De acordo com STF, até o dia 5 de julho, deve ser divulgado o salário dos servidores do Tribunal. Para consulta, as informações podem ser acessadas no endereço [www.stf.jus.br](http://www.stf.jus.br), em Central do Cidadão – Acesso à Informação e depois em Consulta Remuneração.

O salário bruto dos 11 minis-

tros do STF corresponde ao teto do funcionalismo público, de R\$ 26.723,13. O ministro Luiz Fux é o magistrado com maior remuneração líquida no STF. Seu salário final é R\$ 20.130,80. O menor salário da Corte é pago ao ministro Celso de Mello, que recebe o valor líquido de R\$ 14.324,54.

Em entrevista concedida no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, defendeu a imediata divulgação dos salários de membros do Judiciário. Para a ministra, além da remuneração, devem ser publicadas gratificações e adicionais, “todos os penduricalhos”, disse.

# JT paga R\$ 15 bilhões para trabalhadores em ações judiciais

Em 2011 a Justiça do Trabalho repassou R\$ 14,7 bilhões para o pagamento de trabalhadores que tiveram seus direitos reconhecidos em processos judiciais. Um aumento de 22% ou 2,7 bilhões em relação a 2010. Foram R\$ 10,7 bilhões em execuções e R\$ 4 bilhões em acordos.

Os dados constam da Consolidação Estatística de 2011 da Justiça do Trabalho, elaborado pela Coordenadoria de Estatística a partir de dados fornecidos pelos Tribunais Regionais do Trabalho e Varas do Trabalho. O documento, publicado no site do TST, está dividido em Relatório Analítico (uma síntese com as informações de destaque) e Relatório Demonstrativo (com os

dados estatísticos completos).

Os dados revelam que a menor taxa de congestionamento é a da Segunda Instância, 19,04%. Isso representa que a cada 100 processos, 80,06% são solucionados. Ao todo, em 2011, os Tribunais receberam 757 mil processos e julgaram 722 mil, com um resíduo de 176 mil. Esse número vem diminuindo nos últimos anos. Em 2009, era de 219 mil e, em 2010, 217 mil.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) recebeu 211,7 mil processos em 2011 e solucionou 206,9 mil. Dentre os quais foram julgados 169,3 mil dos 176,8 mil recursos recebidos dos TRTs no ano. O resíduo atual no TST é de 161 mil processos.

## PRIMEIRA INSTÂNCIA

Na fase de conhecimento dos processos na Justiça do Trabalho, foram recebidos R\$ 2,1 bilhões em 2011 e julgados pouco mais de R\$ 2 milhões. Ainda existe um resíduo de 1,1 milhão de processos.

A fase de execução continua sendo o maior desafio. O número de execuções iniciadas em 2011 aumentou 28% e o de encerradas cresceu 17%. No ano passado 1,05 milhões de processos entraram na fase de execução e 1,04 milhões tiveram sua cobrança encerrada. No entanto, as Varas do Trabalho continuam com um acumulado de 2,9 milhões de processos de trabalhadores que ainda não receberam seus créditos.

# INDÚSTRIA E COMÉRCIO

HELDER CALDEIRA

TSE CONSAGRA A IMPUNIDADE

03 JUL 2012

*Inacreditável a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na semana passada. Os ministros da Corte que rege as eleições brasileiras definiram que os políticos que tiveram suas contas de campanhas anteriores reprovadas, fichas-sujas, podem livremente se candidatar. Se antes as autoridades eram discretas ao debochar da cara do povo, agora virou um esculacho.*

*Quando, em março último, o mesmo TSE baixou resolução determinando que aquele que tivesse suas contas anteriores reprovadas estaria inapto para se candidatar novamente, os únicos queixosos foram os mais de 20 mil contas-sujas que deitaram e rolaram nas fortunas do submundo dos caixas de campanha e queriam continuar na pajelança. A amplíssima maioria da população, democraticamente, festejou a decisão, fiando suas esperanças num possível processo de depuração do imundo universo político brasileiro. Comemoração inútil. Menos de três meses depois, o próprio TSE voltou atrás e decidiu que era melhor atender os interesses escusos dos 20 mil sujos do que impor maior severidade, como desejavam os demais 200 milhões de cidadãos brasileiros. Ou seja, temos hoje 0,01% de seres que mandam e desmandam no Brasil, a despeito da vontade da maioria. Isso é democracia? Não. Isso é um forte esquema de malandragem e pilantragem, confortavelmente instalado no comando do país.*

*Basta dizer que o voto de misericórdia aos bandidos foi dado pelo ministro Dias Toffoli, cuja indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF) pelo ex-presidente Lula da Silva, até hoje é questionada, visto ter sido advogado-geral do Partido dos Trabalhadores. Mas, nesse Brasil esculhambado, tudo é permitido. Como bem definiu a jornalista Mary Zaidan, "mais de 20 mil contas-sujas foram reabilitados pelo voto de Toffoli. Do inferno, promoveram-se ao paraíso".*

*À carochinha, o argumento inicial era que a decisão de tornar inelegíveis os sujos, por ter sido tomada em março, não poderia valer para as eleições de outubro e sua vigência ficaria para 2014. Mas os ministros do TSE foram mais camaradas. Em seu voto-sujo, Toffoli afirma que "a lei exige apenas a apresentação de contas e não sua aprovação". Mais ridículo impossível.*

*Então, fica a questão: qual a finalidade das instâncias de justiça eleitoral? Se um candidato não precisa ter as contas de campanha analisadas e aprovadas para ser considerado digno pleiteante ao cargo eletivo, por que devemos continuar pagando os astronômicos salários desse setor do Poder Judiciário? Basta colocar um office-boy para receber as prestações de conta, limpas ou sujas, já que isso não influenciará em nada os rumos do processo eleitoral.*

*Infelizmente, já estamos no fundo do poço e continuamos cavando. Recorro novamente às palavras de Mary Zaidan: "com o endosso da Justiça, sacramentou-se a impunidade". Vou além: com a cara-de-pau que lhes é própria, desmoralizaram o Brasil. Triste do país que possui tão baixo nível em suas supremas instâncias.*

*\*Helder Caldeira é escritor, jornalista e apresentador de TV, autor do best-seller "A 1ª PRESIDENTA" (Editora Fapes, 2011, 240 páginas) e Comentarista Político da REDE RECORD, onde apresenta o "iPOLÍTICA" e os telejornais "JORNAL MÉDIO NORTE" e "JORNAL PISOM" - [www.ipolitica.com.br](http://www.ipolitica.com.br) - [helder@heldercaldeira.com.br](mailto:helder@heldercaldeira.com.br)*

03 JUL 2012

METRO

## **TJ condena hospital por troca de bebês**

O Tribunal de Justiça do Paraná determinou que o Hospital e Maternidade Clininter, de Foz do Iguaçu, indenize em R\$ 100 mil a título de danos morais os pais de uma criança que foi trocada depois do nascimento. O caso ocorreu em 1995. A paciente A.M.L.B. deu à luz uma menina, mas recebeu outra menina no seu lugar. Exames de DNA nas duas crianças comprovaram o erro.

O Tribunal de Justiça determinou também que o município de Foz do Iguaçu será responsável pela indenização caso o hospital não tenha como pagar o estipulado, uma vez que o parto foi feito pelo SUS.

03 JUL 2012

## METRO

# Aeronáutica afasta piloto de caça que destruiu vidraças

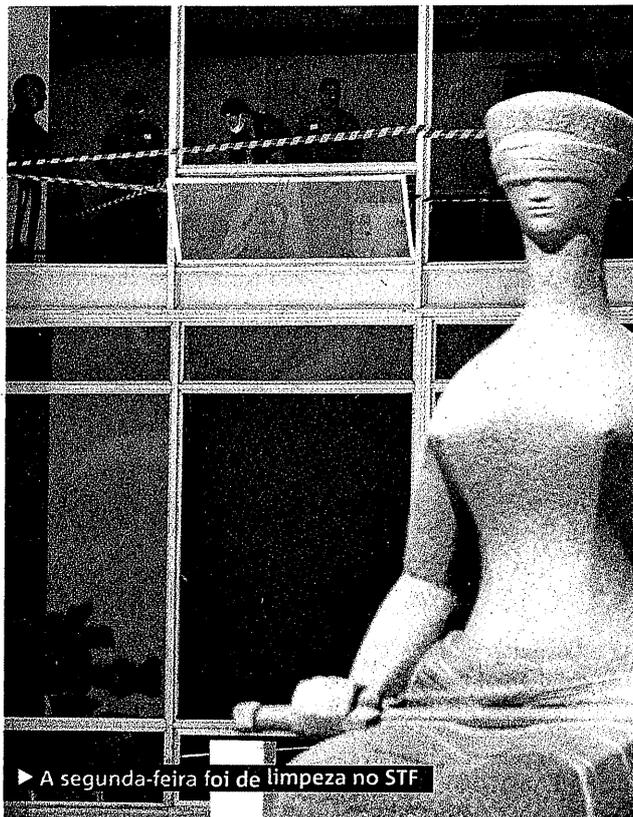
O voo rasante de um caça sobre durante a exibição na cerimônia da troca da bandeira no último domingo trouxe prejuízos para a Aeronáutica, que decidiu ontem afastar o piloto temporariamente. "Ele passará por uma avaliação operacional e poderá sofrer sanções", disse a nota.

O Mirage F-2000 sobrevoou a Praça dos Três Poderes a uma velocidade de 1,1 mil quilômetros por hora, numa altura entre 100 e 150 metros. "Houve uma falha no controle da velocidade", avaliou ex-piloto da Aeronáutica, brigadeiro José Carlos Pereira.

A manobra aérea destruiu 52 janelas do edifício sede do STF (Supremo Tribunal Federal), trincou 28 vidros laterais e derrubou uma luminária do Palácio do Planalto e três vidraças de uma academia de ginástica no Lago Sul.

Segundo especialistas, a destruição é provocada pela velocidade de deslocamento do ar comprimido. "É uma onda de choque fortíssima que vai varrendo o chão", explicou o brigadeiro.

A Aeronáutica mantém o



nome do piloto sob sigilo, mas anunciou que vai arcar com todos os prejuízos.

Somente a troca das vidraças do STF vai custar R\$ 35 mil e a empresa que

trabalha na manutenção espera concluir o trabalho em até duas semanas. Enquanto isso, o prédio ficará interditado, inclusive para as visitas.

# GAZETA DO POVO

» VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

## TJ-PR 03 JUL 2012

# é denunciado por não cumprir a Lei Maria da Penha

### TJ-PR descumpre a Lei Maria da Penha, diz OAB

A OAB-PR e movimentos de mulheres denunciaram o Tribunal de Justiça do Paraná ao Conselho Nacional de Justiça e à CPMI da Violência contra a Mulher do Congresso por descumprir a Lei Maria da Penha. O TJ não oferece estrutura para atender o público nos juizados especiais de violência doméstica e não apresenta estatísticas sobre o problema no estado.

A acusação formal foi feita pela seção paranaense da OAB ao Conselho Nacional de Justiça e à CPMI que investiga a violência contra a mulher

Vanessa Prateano e  
Ellen Miecoanski

A falta de estrutura para atender o público nos juizados especiais de violência doméstica e a falta de estatísticas sobre o problema levaram a seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR) a denunciar o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e à Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Congresso que investiga a violência contra a mulher no país. A iniciativa, de acordo com a Comissão da Mulher Advogada da OAB-PR, reitera reclamação feita em 2007, e ainda sem resposta, para que o conselho cobre mais agilidade do TJ-PR.

O fato de o estado figurar em terceiro lugar no ranking de homicídios femininos do Mapa da Violência 2012 do Instituto Sangari fez com que a CPMI, que esteve no Paraná na semana passada, solicitasse números sobre violência doméstica ao tribunal. Após

30 dias, o órgão enviou algumas estatísticas, mas, durante audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná, a desembargadora Denise Krüger Pereira, suplente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar do TJ-PR, não soube responder a perguntas da comissão sobre os dados, que apontam para um alto índice de impunidade dos agressores.

A principal queixa de quem trabalha na área, como advogados, promotores e juizes, diz respeito à falta de estrutura dos juizados. Desde 2006, quando a Lei 11.340 (Lei Maria da Penha) entrou em vigor, ficou estabelecido que os tribunais de justiça estaduais criariam juizados especializados em violência doméstica, que teriam competência cível e criminal. Eles ficariam responsáveis tanto por processos envolvendo guarda de filhos, pensão e divórcio quanto pedidos de prisão protetiva do agressor e o julgamento dos casos de violência.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Após seis anos, no entanto, somente dois juizados foram criados no estado, um em Curitiba e outro em Londrina. No mesmo período, capitais com taxas de homicídios de mulheres semelhantes às de Curitiba, como Rio de Janeiro (5,2 homicídios a cada 100 mil mulheres) e São Paulo (4,8/100 mil) criaram, respectivamente, três e sete juizados especiais. A capital paranaense, que vem logo em seguida (4,7/100 mil), tem apenas um. E, de acordo com a OAB-PR, não contam nem com a estrutura mínima. Por causa da falta de oficiais de justiça, por exemplo, o agressor costuma ser citado apenas 2 meses após sair a medida protetiva.

A presidente da Comissão da Mulher Advogada da OAB-PR, Sandra Lia Barwinski, afirma que a estrutura ligada ao trabalho de acompanhamento psicológico, um dos diferenciais dos juizados especiais, também é deficiente. Hoje, o agressor não recebe atendimento psicológico de forma institucional (apenas em iniciativa isoladas, por meio de convênios esporádicos com universidades), pois não foi designada até hoje uma equipe exclusiva para acompanhar os homens.

A Lei 11.340, em seu artigo 30, prevê esse atendimento, pelo entendimento de que a prisão e punição resolvem o caso específico, mas não impedem o homem de voltar a exercer a violência como forma de resolução de conflitos em um novo relacionamento.

03 JUL 2012

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

DISCREPÂNCIA CONTINUAÇÃO 03 JUL 2012

Curitiba tem taxas de homicídios de mulheres semelhantes às do Rio de Janeiro e de São Paulo, mas a estrutura judicial de atendimento desses casos é desigual.

Capital	Posição no ranking	Homicídios em 2011	Incidência (mortes/100 mil)	Número de juizados
Rio de Janeiro	19º	110	5.2	3
São Paulo	20º	153	4.8	7
Curitiba	21º	95	4.7	2

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.

## 24,4 ASSASSINATOS DE MULHERES

para cada 100 mil pessoas do sexo feminino. Esse é o índice de violência de 2010 em Piraquara, taxa 3,8 vezes maior que a média do Paraná, segundo o Mapa da Violência. O estudo utilizou informações do Ministério da Justiça e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde.

## FRAGILIDADE

Devido à falta de oficiais de justiça nos juizados especializados em violência doméstica existentes no Paraná, o agressor costuma ser intimado apenas 2 meses após sair a medida protetiva para a mulher em situação de risco. A medida protetiva estabelece uma série de condutas para o agressor, visando à segurança da vítima. Em todo o estado, há apenas dois juizados especiais, um em Londrina e outro na capital paranaense.

Durante a passagem pelo Paraná de membros da CPMI, o Tribunal de Justiça do estado não soube responder a perguntas sobre os dados de violência, que apontam para um alto índice de impunidade dos agressores.

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

03 JUL 2012

## Estrutura não segue a recomendação do CNJ

■ A estrutura do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (JVDFM) de Curitiba está muito aquém da recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), exposta no “Manual de Rotinas e Estruturação dos JVDFM”, publicado pelo órgão em 2010. O documento orienta qual deve ser a estrutura de um juizado de acordo com o número de processos em tramitação no órgão.

Conforme dados do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), atualmente estão em andamento 5.956 processos com origem no JVDFM da capital. O juizado conta com um juiz, embora o manual diga que os órgãos que tenham de 5 mil a 10 mil processos devam contar com dois. Existem ainda 5 oficiais de justiça (apenas dois são titulares) e um psicólogo, apesar de o manual recomendar oito oficiais de justiça titulares e três psicólogos.

## Acúmulo

Em Londrina, a situação é mais grave: o juizado acumula as competências para o julgamento de crimes contra a criança e de violência doméstica, enquanto a Lei Maria da Penha afirma que esses locais devam atender exclusivamente a casos do segundo tipo.

Em relação à falta de estrutura e de estatísticas, a desembargadora Lenice Bodstein, que atualmente coordena a área, afirma que o TJ-PR, por meio de sua corregedoria, analisa pedidos para que novos juizados sejam criados nas comarcas de Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Ponta Grossa e Guarapuava.

Em carta enviada à CPMI com respostas a indagações feitas pelos parlamentares, o órgão afirma que cada juizado exige investimento de R\$ 120 mil por mês, e que as restrições orçamentárias impedem, no momento, que o valor seja aumentado. No caso de Londrina, o TJ-PR afirma que o acúmulo de competências se deve ao fato de a vara deter pequeno número de processos: 134 ações penais por crimes relacionados à infância e 632 relativos à violência de gênero (VP e EM).

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## Piraquara eleva taxa de homicídios do Paraná

03 JUL 2012

Piraquara é hoje um dos municípios que colocam o estado do Paraná em terceiro lugar nacional na taxa de homicídios femininos, segundo o Mapa da Violência divulgado em abril deste ano pelo Instituto Sangari. Só em 2010 foram registradas 11 homicídios de mulheres na cidade, que apresenta pouco mais de 45 mil pessoas do sexo feminino. Em segundo lugar no ranking nacional de municípios, Piraquara perde apenas para Paragominas, no Pará. A cidade paranaense possui uma taxa de 24,4 assassinatos para cada 100 mil mulheres, o que representa um índice 3,8 vezes maior que a média do estado e 5,5 vezes mais que a taxa brasileira.

Responsável pelas questões referentes à violência contra a mulher na cidade, a Coordenação de Proteção Social questiona a metodologia empregada na pesquisa. Mesmo assim, segundo Regina Almeida, coordenadora do órgão na Secretaria de Assistência Social, é preciso investigar porque o índice do município ficou tão alto. "Para nós, preocupa bastante esse resultado do Mapa da Violência. Fomos atrás do setor de epidemiologia da Secretaria de Saúde e na Delegacia Regional para cruzar as informações e constatamos que nenhuma

dessas mulheres assassinadas em 2010 estava no cadastro de vítimas de violência doméstica. Dos 11 casos, dois não aparecem nos registros da delegacia e uma ocorrência que poderia ser resultado desse tipo de violência na verdade foi confirmada como de outra espécie de crime", afirma.

De acordo com a apuração da Coordenação, apesar de oito casos ainda estarem sendo investigados, nenhum dos crimes foi comprovadamente consequência de violência doméstica. Segundo Regina, o alto índice de homicídios de Piraquara em 2010 foi um fato isolado e não deve se repetir no próximo Mapa da Violência, já que em 2011 foram registrados apenas 5 casos.

03 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

FOZ DO IGUAÇU

## **Maternidade é condenada a pagar R\$ 100 mil por trocar bebês**

■ Uma maternidade de Foz do Iguaçu, no Oeste do estado, foi condenada pelo Tribunal de Justiça do Paraná a pagar indenização de R\$ 100 mil a um casal que teve a filha trocada na unidade. O equívoco só foi constatado quando a criança tinha sete anos de idade. A mulher – autora da ação – deu à luz a uma menina em 23 de outubro de 1995, no Hospital e Maternidade Clininter Ltda. (Clinipar Internacional). Sete anos depois – em 2003 – o casal foi procurado por um homem, que suspeitava ser o verdadeiro pai da criança. Ele dizia que a mulher dele também havia dado à luz naquela maternidade, no mesmo dia, e que os bebês poderiam ter sido trocados. Diante da desconfiança, os casais se submeteram a testes de DNA, que comprovaram que, de fato, as meninas haviam sido trocadas no hospital. Com isso, cada uma das crianças passou a viver com seus verdadeiros pais biológicos.

03 JUL 2012

GAZETA DO POVO

BESSA

O juiz Roberto Portugal Bacellar lança hoje o livro *Mediação e Arbitragem* Coleção Saberes do Direito, às 19h30, na livraria Saraiva do Shopping Crystal.

03 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

## Poder público do Paraná descumpre a Lei Estadual da Transparência

Apesar da lei, poder público não é transparente

Os portais da transparência do Tribunal de Contas, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa, governo do Paraná, prefeitura de Curitiba e Câmara de Vereadores da capital não cumprem integralmente a Lei Estadual da Transparência, em vigor desde abril de 2011 para órgãos do estado.

Órgãos do estado e do município ainda resistem a divulgar na internet as notas fiscais de gastos. Grau de transparência e de facilidade de navegação varia entre as repartições

*Katna Baran, especial para a Gazeta do Povo*

Nenhum dos principais órgãos públicos paranaenses cumpre integralmente a Lei Estadual da Transparência, em vigência desde abril de 2011 para órgãos do estado e de janeiro deste ano

para as repartições municipais. Essa é a constatação de um levantamento feito pela Gazeta do Povo, que analisou os portais da transparência do Tribunal de Contas (TC), Tribunal de Justiça (TJ), Ministério Público (MP), Assembleia Legislativa, governo do Paraná, prefeitura de Curitiba e Câmara de Vereadores da capital. A lei foi instituída para que o poder público divulgasse seus gastos e, assim, a sociedade pudesse fiscalizá-lo.

Os pontos da lei mais descumpridos são a divulgação das notas fiscais e a publicação das cópias de depósitos, transferências ou cheques utilizados no reembolso de valores, discriminados pelo nome, cargo e lotação do agente público que fez o gasto público. Nenhum dos portais visitados pela reportagem cumpre integralmente essa exigência.

### Campeões

O site da Câmara de Curitiba é a campeão no descumprimento de itens da lei (confira infográfico), de acordo com a avaliação da Gazeta do Povo. São cinco pontos não cumpridos, numa lista de 12 avaliados. Um destaque negativo do portal do Legislativo municipal é que as despesas da Casa estão agrupadas e não é possível identificar, por exemplo, quanto a Câmara gastou somente com diárias no último ano.

A prefeitura de Curitiba tem o segundo site com menos informações exigidas pela lei (4 itens). Apesar disso, o portal do Executivo municipal tem uma navegação mais difícil que o da Câmara e o cidadão que tentar obter algum dado terá dificuldade. O primeiro problema é localizar o link de acesso ao portal da transparência: o banner de atalho para o site "Curitiba Aberta" (o portal da transparência da prefeitura) está localizado na parte de baixo da capa do site, sem muito destaque. Depois de acessar o link, a consulta é direcionada para outra tela, onde apenas os dados como nome, lotação e cargo dos servidores municipais são divulgados de maneira satisfatória.

O portal do governo do Paraná ficou no "meio-termo" entre o atendimento total e nenhum cumprimento da lei. Estão publicados os gastos, mas as informações não estão separadas, como exige a norma. Despesas com pessoal, materiais, cartão corporativo e serviços estão discriminadas por órgão do governo em um mesmo relatório.

**CONTÍNUA**

03 JUL 2012

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

### **Bom exemplo**

Entre sites dos órgãos que mais cumprem a Lei da Transparência, estão os do TC, TJ, MP e Assembleia. Eles atendem integralmente entre cinco e sete pontos principais da lei. Mesmo assim, nenhum desses portais da transparência divulga as notas fiscais e comprovantes de despesas, o que é obrigatório.

Outro ponto que, em geral, não é cumprido pelas instituições é a divulgação dos salários dos servidores públicos de forma individualizada. Porém, no mês passado o TJ entendeu que essa determinação prevista na lei é inconstitucional — o que os desobrigou de fazer a divulgação. A maioria dos portais da transparência divulga apenas a composição salarial por cargo e lotação.

### **Acessibilidade**

Além da divulgação das informações, a reportagem mediu o grau de acessibilidade dos portais da transparência. Os sites foram avaliados conforme alguns critérios: grau de acesso aos dados; navegação no portal; se as informações estão disponíveis em arquivos de internet ou precisam ser baixadas por outros meios; se os dados estão agrupados em ordem cronológica; e a divisão das categorias de informação por cada órgão. Apenas o Ministério Público e o Tribunal de Justiça receberam avaliação positiva. Os portais do Tribunal de Contas, Assembleia Legislativa e Câmara de Curitiba foram classificados como regulares. Já o governo do Paraná e a prefeitura de Curitiba tiveram avaliação negativa, conforme os critérios listados.

### **Fiscalize**

Confira onde buscar informações:

**Prefeitura:** [www.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitiba.pr.gov.br) ou [www.curitibaaberta.curitiba.pr.gov.br](http://www.curitibaaberta.curitiba.pr.gov.br)

**Câmara:** [www.cmc.pr.gov.br/portal.php](http://www.cmc.pr.gov.br/portal.php)

**Governo:**

[www.portaldatransparencia.pr.gov.br](http://www.portaldatransparencia.pr.gov.br)

**TC:** [www.tce.pr.gov.br/servicos\\_Portal\\_Transparencia.aspx](http://www.tce.pr.gov.br/servicos_Portal_Transparencia.aspx)

**TJ:** [www.tjpr.jus.br/portal-da-transparencia](http://www.tjpr.jus.br/portal-da-transparencia)

**MP:** [www.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42](http://www.mp.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=42)

**Assembleia:** [www.alep.pr.gov.br/transparencia/](http://www.alep.pr.gov.br/transparencia/)

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO 03 JUL 2012

## DIVULGAÇÃO DE DADOS

Avaliação feita pela Gazeta do Povo mostra que nenhum dos portais da transparência dos órgãos públicos do estado cumpre integralmente a lei:

✓ ATENDE    ✓ ATENDE PARCIALMENTE    — NÃO SE APLICA    ✗ NÃO ATENDE

PESSOAL	TJ-PR	TC-PR	MP-PR	ALEP	GOVERNO DO PARANÁ	PREFEITURA DE CURITIBA	CÂMARA DE CURITIBA
Lista de Servidores	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Servidores com respectivos salários (item considerado inconstitucional pelo TJ-PR)	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Pagamento de diárias	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Gastos com cartões corporativos	—	—	—	—	✓	—	✗
Valores referentes às verbas de representação, de gabinete e reembolsáveis de qualquer natureza	—	✓	—	✓	✓	—	✗
Notas fiscais, cópias de depósitos, transferências ou cheques utilizados no reembolso, discriminados pelo nome, cargo e lotação do agente	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✗
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>							
Contratos e aditivos com links de acesso aos editais que os antecederam, em especial os procedimentos licitatórios ou as justificativas para as contratações diretas	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Licitações em andamento	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Controle de estoque: listas de entradas e saídas de mercadorias	✓	✓	✓	✓	✗	✗	✗
Cessões, permutas e doação de bens	✗	—	✗	—	✓	✗	✗
<b>ORÇAMENTO</b>							
Operações financeiras de qualquer natureza	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Extrato de conta única	✗	✗	✗	✓	✓	✗	✓
<b>AVALIAÇÃO GERAL DO PORTAL</b>	<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>BOM</b>	<b>REGULAR</b>	<b>RUIM</b>	<b>RUIM</b>	<b>REGULAR</b>

CONTINUA

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

## OAB-PR cobra punição de quem desrespeita a legislação

O presidente estadual da Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná (OAB-PR), José Lúcio Glomb, cobrou punição de quem descumpra a Lei Estadual da Transparência. “Os órgãos deveriam cumprir a lei, e os que não estão seguindo as regras devem ser penalizados”, diz ele.

A OAB-PR auxiliou a Associação Paranaense dos Juizes Federais (Apajufe) a elaborar o texto da legislação, em 2010, e a apresentá-lo à Assembleia como uma reivindicação do movimento “O Paraná que Queremos”.

A aprovação da lei, em vigor desde 2011 e que passou a valer também nos municípios do Paraná em janeiro deste ano, foi a principal conquista do movimento – concebido como uma reação da sociedade às denúncias de irregularidades na Assembleia Legislativa feitas pela *Gazeta do Povo* e *RPC TV* na série de reportagens *Diários Secretos*. Segundo investigação do Ministério Público, o esquema teria resultado no desvio de R\$ 200 milhões dos cofres públicos.

### Retrocesso

Para o professor de Direito Constitucional Egon Bockmann, da UFPR, o descumprimento das exigências da lei é um retrocesso. “A sociedade fica presa em outro tempo histórico, atada a um passado que não merece existir”, afirma ele.

O pesquisador de corrupção e transparência Fabiano Angélico, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), destaca que algumas dificuldades ainda são encontradas na aplicação nas leis de transpa-

**“[Divulgar informações públicas] é como declarar Imposto de Renda e organizar as contas pessoais. Grandes empresas conseguem; é só uma questão de eficiência.”**

Egon Bockmann, professor de Direito Constitucional da UFPR.

03 JUL 2012

rência e de acesso à informação em todo o país. “Parte dos órgãos não publica as informações porque não têm uma gestão organizada dos dados, e não necessariamente por má-fé”, afirma ele.

Para Bockmann, porém, a justificativa de dificuldade operacional dos órgãos não é suficiente. “É como declarar Imposto de Renda e organizar as contas pessoais. Grandes empresas conseguem; é só uma questão de eficiência”, diz.

Os especialistas julgam ainda como equivocada a decisão do Tribunal de Justiça paranaense de decretar a inconstitucionalidade da divulgação individualizada dos salários dos servidores públicos, como previa a lei. “O direito à informação entra em conflito com outros direitos, mas o benefício obtido com a divulgação é muito maior. O contribuinte é o patrão dos servidores. Por isso tem direito de saber quanto ganham”, afirma Angélico. “Até a presidente divulgou seu salário”, complementa Glomb.

### Fiscalização

Depois da regulamentação da Lei de Acesso à Informação (federal), o Tribunal de Contas do Paraná (TC), responsável pela fiscalização dos portais da transparência, alega que está montando uma estratégia para inspecionar os sites a partir do segundo semestre. “Faremos um convênio com a Secretaria Nacional de Assuntos Estratégicos para capacitação e treinamento dos funcionários nas esferas estadual e municipal”, afirma o presidente do TC, Fernando Guimarães.

De acordo com Guimarães, é impossível analisar todos os portais dos órgãos públicos do estado. Por isso a fiscalização é feita por amostragem. Para ele, é importante que haja um envolvimento da sociedade nessa avaliação. “O cidadão pode formular pedidos e apresentar demandas. Além disso, faremos parcerias com observatórios sociais, conselhos e universidades para ter um controle maior”, diz.

CONTINUA

# Órgãos prometem melhorar divulgação

Setor público paranaense alega que está trabalhando para melhorar o sistema de publicação de gastos na internet

Por *Katna Baran, especial para a Gazeta do Povo*

A maioria dos órgãos públicos que tiveram seus portais de transparência avaliados pela *Gazeta do Povo* (veja reportagem da página anterior) alegou que está buscando aperfeiçoar o sistema para cumprir a Lei Estadual de Transparência.

A principal reclamação foi em relação ao ponto que não é atendido por todos: a divulgação de notas fiscais dos gastos. Parte dos órgãos públicos alega ter dificuldades operacionais para colocar as notas na internet. Outros ainda informaram que não cumprem determinados pontos da lei porque eles não se aplicam a suas condições.

## JUSTIFICATIVAS

Confira as justificativas dos órgãos públicos sobre os pontos descumpridos da Lei Estadual da Transparência:

### Tribunal de Justiça

Alega que as informações que ainda não constam no portal da transparência da instituição estarão disponíveis no site em breve.

### Tribunal de Contas

Diz ter dificuldade operacional para digitalizar e divulgar na internet as notas fiscais. Sobre a ausência de extratos de conta única, alega entender que as despesas estão detalhadas de maneira mais clara no link "Despesas". Afirma também que em breve colocará no ar um novo site, mais completo.

### Ministério Público

Informa que não divulga notas fiscais para manter a privacidade dos servidores porque elas envolvem apenas valores referentes a auxílio-creche e de cursos. Sobre a falta de divulgação de cessões, permutas e doação de bens, informou que não pratica essas atividades. Informou ainda que os extratos de conta única são encaminhados mensalmente para o TC. O MP ainda garantiu que o portal está em constante aperfeiçoamento e que os responsáveis estão analisando o que pode ser melhorado.

### Assembleia

Alega que divulga seus gastos com diárias (porém, os dados não estão agrupados). Os CNPJs dos fornecedores são divulgados, mas as cópias de notas fiscais, comprovantes de depósitos, transferências ou cheques não são publicadas.

### Governo estadual

A Secretaria de Controle Interno argumenta que está fazendo um conjunto de

a Corregedoria, Ouvidoria Geral e Celepar – um "trabalho contínuo para melhorar os canais de acesso à informação". Sobre a ausência de notas fiscais, justifica que os servidores em geral são dispensados da apresentação delas ou dos comprovantes. Diz ainda que os dados referentes às despesas estão disponíveis no portal. Mas estão agrupados com todos os gastos de cada secretaria e os extratos de contas não foram encontrados. Alega ainda que os dados do controle de estoque estão disponíveis (mas a reportagem não os encontrou no link indicado). Também informou que está implantando um novo sistema de gestão do patrimônio que deverá resolver um problema referente à divulgação de cessões, permutas e doações. Os dados estão disponíveis no portal, mas só os servidores podem acessá-los, pois é preciso um código.

### Câmara de Curitiba

Procurada pela reportagem, não se manifestou.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

03 JUL 2012

## **Prefeitura de Curitiba**

Informa que não divulga di-  
árias porque não trabalha  
com esse sistema em ca-  
so de viagem. Segundo a  
prefeitura, o servidor tem  
de prestar contas do que  
gastou com a apresenta-  
ção de notas fiscais. A pre-  
feitura possui também o  
pronto-pagamento, que é  
uma verba prevista no or-  
çamento de cada secreta-  
ria para despesas emer-  
genciais de pequenos va-  
lores. Segundo a prefeit-  
ura, os gastos são divulga-  
dos na internet. Porém, as  
informações estão agru-  
padas com todos os ou-  
tros gastos e as notas não  
foram encontradas. Sobre  
os contratos e aditivos com  
links de acesso aos edi-  
tais e cessões, permutas e  
doação de bens, informa  
que as minutas dos con-  
tratos e as cessões são pu-  
blicadas em diário oficial.  
E que a íntegra de contra-  
tos e doações, quando soli-  
citada, é entregue no prazo  
de 20 dias. A prefeitura ale-  
ga ainda que a lei não obri-  
ga a publicação digital dos  
documentos, mas sim que  
"todos os atos realizados e  
contratos firmados deverão  
ser publicados com links de  
acesso aos editais que os  
antecederam, em especial  
os procedimentos licitató-  
rios ou as justificativas pa-  
ra as contratações diretas".  
Informa também que a pre-  
feitura não tem uma conta  
única do município, e que,  
portanto, não pode divulgar  
um extrato dela.

# Cai o número de presos que trabalham no Brasil

03 JUL 2012

Programa federal que destina verba pública aos estados não evita a queda no aproveitamento da mão de obra de detentos

■ O percentual de detentos brasileiros que trabalham diminuiu nos últimos seis anos, mesmo com a legislação determinando a redução de um dia da pena para cada três trabalhados. Segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) do Ministério da Justiça, em 2005, 23% dos detentos trabalhavam. O percentual flutuou entre 20% e 21% ao longo dos anos e, no último balanço, do fim do ano passado, chegou aos 21,2%.

Nesse meio tempo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou o programa Começar de Novo, para incentivar o trabalho de detentos de todo o país. Nos últimos anos, o Ministério da Justiça também repassou recursos, cujos valores variaram de R\$ 3 milhões a R\$ 6 milhões, para que os estados incrementassem suas ações para a reintegração de detentos.

## 21,2% DOS DETENTOS

brasileiros executam algum tipo de trabalho, segundo dados do Sistema Integrado de Informações Penitenciárias (InfoPen) do Ministério da Justiça. Em 2005, taxa era de 23%.

“O Judiciário tem tentado. Criamos o programa [Começar de Novo] para incentivar os presos a trabalharem. Mas há um descaso completo das unidades da federação. É a mentalidade tupiniquim. Tirar o preso e colocá-lo no trabalho, regularizado, toma tempo, dá trabalho”, diz Luciano Losekan, coordenador do Começar de Novo e juiz auxiliar da presidência do CNJ.

Losekan cita como exemplo o convênio firmado pelo Ministério dos Esportes, CNJ e pelo Comitê Organizador da Copa. Pelo acordo, 5% das vagas em obras nos 12 estádios do Mundial de 2014 seriam destinadas a detentos ou ex-detentos. Na prática, o convênio não decolou. “Das 12 sedes, sete se comprometeram. Mesmo assim não há números significativos. Há um preconceito imenso em relação ao trabalho de detentos e ainda mais para ex-detentos”, afirma.

Os número de funcionários nas obras da Copa muda diariamente, mas, de acordo com a Federação dos Trabalhadores na Construção Civil, cerca de 15 mil pessoas estão trabalhando nos estádios. O levantamento do CNJ mais recente mostra que há apenas 95 presos e ex-detentos nos canteiros de obras, 0,6% do total.

O juiz lamenta os números. Para ele, o trabalho é fundamental na ressocialização dos detentos. “Nas democracias mais consolidadas, é muito cobrado o trabalho dos presos. As unidades prisionais são avaliadas pelo que oferecem de possibilidade de trabalho e estudo. Aqui os presos estão deixando as prisões pior do que entraram.”

# GAZETA DO POVO

**Justiça proíbe  
areais no**

**Rio Paraná**

**03 JUL 2012**

Mineradoras das Regiões Oeste e Noroeste do Paraná foram proibidas pela Justiça Federal de extrair areia nas margens do Rio Paraná, na zona de amortecimento do Parque Nacional de Ilha Grande, entre Guaíra e Icaraíma. A comercialização do produto está suspensa desde ontem e deve faltar areia para a construção civil nos próximos dias.

Na última quinta-feira, o Tribunal Regional Federal da 4.<sup>a</sup> Região, em Porto Alegre, concedeu liminar suspendendo a atividade de quatro empresas da região de Guaíra. Na mesma semana, a Justiça de Umuarama também acatou o pedido, com base em outra ação da mesma natureza, dirigida a outras sete mineradoras situadas no Noroeste.

A decisão atende a um pedido do procurador da República de Umuarama, Robson Martins. Ele é autor das duas ações cíveis públicas que apontam irregularidades na extração da areia. O procurador argumenta que as empresas não atendem aos requisitos legais para a prática do serviço. Uma das principais irregularidades é em relação à distância do rio.

As empresas deveriam fazer a extração no mínimo a 100 metros da margem do Rio Paraná, mas não respeitam o

limite. Com o tempo, montes de areia começam a se formar, o que impede o surgimento de mata ciliar. Martins diz que chegou a fazer várias reuniões com as empresas, tentou fazer um termo de ajustamento de conduta, mas não houve acordo. "É muito sério o que está acontecendo", diz.

O presidente da Associação dos Mineradores de Areia e Pedra do Rio Paraná (Amaripa), Walter Andreis, considera a ação absurda porque existem empresas operando na região há 40 anos. "Temos todos os licenciamentos ambientais e alvarás", diz. A Amaripa pretende recorrer da decisão.

# GAZETA DO POVO

## 03 JUL 2012

### COLUNA DO LEITOR

#### **Novo Código Penal**

Espero que nossos senadores e deputados descartem muitos pontos da proposta de novo Código Penal. Pesquisas mostram que a população reprova os atos terroristas dos ditos "movimentos sociais" e o novo código os libera; a população é majoritariamente contra o aborto e o novo código aumenta suas possibilidades; a sociedade rejeita o consumo de drogas e o novo código as libera. Que nossos legisladores tenham o bom senso de ouvir o povo e não uma comissão de "luminados", distantes dos anseios e desejos da sociedade.

Thiago Hart

### COLUNA DO LEITOR

#### **Cotas para o Judiciário**

Concordo com a instituição de cotas para o Poder Judiciário (**Gazeta**, 29/6). A desigualdade existe e é real. Passar a entender que o acesso por meio de cotas é uma condição louvável e justa em um país que há anos esconde a dura dicotomia na sociedade.

Willians Junior Lekowisky, Cascavel - PR

#### **JUSTIÇA**

#### **PMs acusados de morte de juíza vão a júri por outro homicídio**

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro decidiu que sete dos dez policiais militares acusados de envolvimento no assassinato da juíza Patrícia Acicli, atingida por 21 tiros quando chegava em casa, em Piratininga, em Niterói, em agosto do ano passado, vão a júri popular. Os PMs, que faziam parte do Grupo de Ações Táticas do 7º BPM (São Gonçalo), são acusados de homicídio e fraude processual contra o adolescente Diégo da Conceição Betiene. De acordo com a decisão da 4ª Vara Criminal de São Gonçalo, Carlos Adílio Maciel Santos, matou Diégo a tiros. O caso foi registrado como auto de resistência.

03 JUL 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

## Escolta salva família de presidente do TJ

Seis bandidos tentaram roubar carro em que estavam irmã, sobrinha e filha de 4 anos de Ivan Sartori; uma vítima foi usada como escudo

Seis homens fortemente armados tentaram roubar o carro em que estavam a irmã, a sobrinha e a filha de 4 anos do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), Ivan Sartori, mas foram impedidos pela escolta de seguranças. O crime foi às 20h33 do domingo na Avenida Presidente Tancredo Neves, no Sacomã, na zona sul da capital paulista.

As três estavam em um Hyundai ix35 quando foram abordadas por seis homens ao parar no semáforo. Dois deles tinham armas de fogo longas e um portava arma curta.

A escolta, com policiais à paisana em um Astra, vinha logo atrás do carro da família. Os policiais, segundo afirmaram no boletim de ocorrência, deram voz de prisão aos ladrões. Foi quando o tiroteio começou.

Um dos criminosos retirou a sobrinha de Sartori, de 27 anos, de dentro do carro e a usou como escudo. Logo em seguida, entrou no carro, abandonou a jovem, assumiu o volante e fugiu com a irmã de Sartori, de 54, e a filha, de 4, no banco de passageiros. Os outros cinco criminosos tentaram fugir a pé.

O ladrão que roubou o carro ainda subiu no canteiro central e abandonou o veículo logo depois, com o Hyundai ainda em movimento, ao perceber que a tia e a filha estavam com ele dentro do carro. A irmã de Sartori conseguiu puxar o freio de mão e evitar um acidente.

Um dos ladrões, Luiz Guilherme dos Santos Melo, de 19 anos, que estava ferido na perna, foi reconhecido por um dos policiais da escolta e acabou preso em flagrante. O suspeito mora na Saúde, na zona sul, perto do local do assalto.

### QUEM É

#### IVAN SARTORI

PRESIDENTE DO TJ

● Nasceu em 1957 em São Paulo. Formou-se em Direito na Universidade Mackenzie. Foi promovido a desembargador do TJ em 2005.



**Investigações.** Segundo o delegado Joaquim Dias Alves, da Divisão Antissequestro, ainda não é possível afirmar se a ação foi ou não premeditada e se os ladrões sabiam que a família do presidente do TJ-SP estava dentro do carro.

Pessoas ligadas à presidência do TJ-SP dizem que a suspeita é de que o crime foi

uma ação não premeditada, já que os assaltantes se surpreenderam com a escolta armada e acabaram desistindo do roubo. Se a intenção fosse sequestrar a família do presidente do TJ-SP, estariam mais preparados, segundo essas avaliações.

O Estado teve acesso ao nome dos familiares do presidente do TJ-SP que foram vítimas da ação dos assaltantes, mas optou por não colocá-los, a pedido da Assessoria de Comunicação do tribunal.

**Latrocínio.** A Polícia Militar e o Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP) ainda investigam a motivação e a autoria do assassinato do policial militar Wagner da Silva Garoli, de 46 anos, ocorrida no sábado.

Garoli foi morto depois de ter sido baleado por assaltantes na Praça Monsenhor Escrivá, na Freguesia do Ó, zona norte. Ele não estava fardado e voltava de um jogo de futebol quando foi abordado por dois ladrões.

Garoli estava com a pistola .40, da PM, e acabou reagindo ao assalto, mas foi atingido na costela, pouco abaixo do peito, e morreu enquanto recebia atendimento. Os bandidos fugiram. Para a PM, não há relação com os ataques ocorridos neste mês.

### SÔNIA RACY

#### Puro azar

Ivan Sartori, do TJ-SP, descartou estudo prévio da vítima. Acha que a escolha de sua filha e sobrinha por bandidos em sequestro relâmpago no fim de semana foi aleatória.

# O ESTADO DE S. PAULO

## Desvio de função nos TJs atrasa processos

Mapeamento do CNJ mostra que morosidade na Justiça de primeiro grau está ligada ao número de funcionários desviados para a segunda instância

03 JUL 2012



'Aberração'. Para Eliana Calmon, números são surpreendentes e deve haver resistência

Tribunais de Justiça Estaduais com alta taxa de congestionamento de processos no primeiro grau apresentam significativo número de funcionários desviados para a segunda instância – inclusive sem definição do cargo em comissão ou de confiança –, ou até deslocados para funções estranhas no Executivo e no Legislativo. É o que revela mapeamento inédito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que cotejou os dados sobre o efetivo fora de suas áreas e os reflexos dessa situação na morosidade que marca a rotina das comarcas da Justiça.

O período pesquisado pelo CNJ se refere ao ano de 2010. O TJ de Goiás, assinala o estudo, é o campeão dos desvios de funções. São 304 serventuários de primeiro grau cedidos para funções de confiança na segunda instância, que abriga os desembargadores. Outros 52 funcionários estão à disposição do TJ sem cargo em comissão ou função de confiança conhecidos.

### DESVIOS

#### ● Piauí

Com taxa recorde de congestionamento na 1ª instância (84,2 para 100 processos), tem 69 servidores deslocados para a 2ª instância e 22 para funções fora do Judiciário

#### ● Pernambuco

Tem 165 servidores cedidos para o Executivo e o Legislativo

O TJ do Piauí lidera o ranking de congestionamento na primeira instância – taxa de 84,2 (para cada 100 processos, 84,2 estão sem julgamento). Ao mesmo tempo, o patamar de lentidão na segunda instância é zero. A pesquisa indica que 46 serventuários ocupantes de cargo efetivo de primeiro grau estão no segundo grau sem cargo em comissão ou função de confiança. Outros 23 estão no TJ com funções indicadas e mais 22 estão fora do Judiciário, na administração pública direta e indireta.

O TJ de Pernambuco mantém 165 servidores à disposição do Executivo e do Legislativo – a corte é a número nesse quesito.

CONTINUA

# O ESTADO DE S. PAULO

## CONTINUAÇÃO

03 JUL 2012

“O desvio é impressionante, chega a ser uma aberração que penaliza a primeira instância e o jurisdicionado”, adverte a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, que hoje vai levar ao Plenário do CNJ seu voto sobre a demanda. “Vou propor o remanejamento desses cargos e instauração de procedimento de controle para exame dos atos administrativos que deram origem aos desvios funcionais”, disse Eliana.

**Cultura.** A ministra vai sugerir prazo de 30 dias para que todos os TJs regularizem a situação. Ela tem ciência de que está tocando em uma área sensível da toga, assim como fez quando abriu inspeção sobre pagamentos milionários. “Isso (os desvios) está enraizado, estou mexendo com uma cultura dos tribunais. No CNJ não creio em resistências, mas nos tribunais eu tenho certeza que isso vai ocorrer. Alguma coisa precisa ser feita.”

O levantamento abrange seis situações de desvios, uma revela serventuários ocupantes de cargos específicos, como psicólogos, pedagogos ou assistentes sociais, eventualmente exercendo atividade diversa – em um cartório o CNJ localizou um oficial bombeiro tocando processos.

“Veja o que acontece em Goiás, a primeira instância tem congestionamento de 68,5 e a segunda um patamar de primeiro mundo, 1,1 de morosidade”, anota a ministra.

O TJ de Goiás informou que os desvios não existem mais, desde a aprovação, em 2012, de uma lei específica de cargos na corte. No Piauí, o juiz auxiliar da Presidência do TJ, Virgílio Madeira Martins Filho, disse que o Judiciário “enfrenta sérias dificuldades, 23 das 96 comarcas do Estado estão sem juízes.” O TJ de São Paulo, com 16 funcionários do primeiro grau a serviço do segundo, informou que vai aguardar a deliberação do CNJ. O TJ do Espírito Santo anotou que nenhum servidor está deslocado para outro poder.

03 JUL 2012

## O ESTADO DE S. PAULO

### Justiça proíbe divulgação de salários no DF

A Justiça de Brasília suspendeu a divulgação de forma individualizada dos salários dos servidores públicos do Distrito Federal. Contrariando as recentes práticas de órgãos públicos de divulgarem as remunerações com base na Lei de Acesso à Informação, o desembargador Romeu Neiva, do Tribunal de Justiça (TJ) do DF, atendeu a um pedido de liminar do Sindicato dos Servidores Públicos do DF (Sindireta), impedindo a revelação dos vencimentos de cerca de 13 mil funcionários.

A liminar foi concedida durante o plantão do fim de semana. Agora, a ação deverá ser distribuída para um outro desembargador, a quem caberá decidir se a liminar será ou não mantida. O Sindireta alegou que poderia ser desrespeitado o direito de privacidade dos servidores, além de expô-los a riscos.

Se o TJ confirmar a liminar, a expectativa é a de que a decisão seja derrubada por outras instâncias da Justiça. O Supremo Tribunal Federal (STF), que é a mais alta corte do País, já analisou a divulgação dos salários e decidiu dar publicidade aos rendimentos. Na semana passada, o tribunal revelou os valores dos salários recebidos pelos ministros.

Em valores brutos, cada um dos 11 integrantes do STF ganha R\$ 26.723,13 mensais. Mas as quantias líquidas variam conforme os descontos. O ministro Luiz Fux recebe o maior salário líquido: R\$ 20.130,80. O menor valor é recebido pelo decano Celso de Mello: R\$ 14.324,54.

03 JUL 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

SÔNIA RACY

## **Sem férias**

Carlos Ayres Britto ficará na capital federal em julho. É o presidente do STF que julga pedidos urgentes no recesso.

Às vésperas do mensalão, além de se preparar para o longo julgamento, o ministro estuda a apresentação de medidas para agilizar decisões – tanto do Supremo quanto do Conselho Nacional de Justiça, que também é comandado por ele.

As propostas precisam ser aprovadas por seus pares em sessão administrativa para que possam entrar em vigor.

## **Sem janelas**

Ayres Britto, aliás, precisou usar seu gabinete do CNJ para despachar ontem por causa do incidente dos caças, que estilhaçou os vidros do STF domingo.

A administração do tribunal está calculando os prejuízos.

## **Sem janelas 2**

Outros ministros do Supremo levantaram as mãos para o céu.

Pior seria se tivesse acontecido durante o julgamento do escândalo, que começa dia 2 de agosto.

# ALMIR PAZZIANOTTO PINTO

## O julgamento

**D**ivulgado o cronograma de julgamento da Ação Penal 12-MG, ajuizada pelo procurador-geral da República contra 40 réus, no processo mundialmente conhecido como “mensalão”, resta a nós, cidadãos despidos de privilégios, aguardar pelos resultados, na expectativa de sentença a ser conhecida no final de agosto.

Antes, porém, creio ser recomendável lembrar que a causa tramita em foro privilegiado e entender o que isso significa.

A regra democrática de igualdade de todos perante a lei (cláusula da Declaração Universal dos Direitos Humanos, firmada em 1948) está incorporada às nossas Constituições republicanas desde a primeira delas, de 1891. Não poderia contê-la a Carta Imperial de 1824, pois ali era permitida a exploração de trabalho escravo. A existência de foro privilegiado não deixa, portanto, de caracterizar transgressão ao conceito republicano de paridade. Privilégio, segundo os dicionários, deriva do latim *privilegium*, ou *privus + lex*, lei colocada a favor de alguém onde seria justo haver tratamento isonômico.

Já na Constituição de 1891, competia ao Supremo Tribunal Federal (STF) processar e julgar, originária e privativamente, o presidente da República e ministros de Estado, nos crimes comuns; e ministros diplomáticos, nos comuns e de responsabilidade (Artigo 59). Preliminarmente, entretanto, se submeteriam a veredicto político do Senado, que poderia punilos com a perda do cargo e incapacitá-los para o exercício de outro, “sem prejuízo da ação da justiça ordinária, contra o condenado” (Artigo 53).

Guardadas as diferenças, continua a ser assim. Aumentou, todavia, o número dos beneficiados por foro especial. No rol do Artigo 102 da Constituição de 1988, estão relacionados, para infrações penais comuns, além do presidente e dos ministros, o vice-presidente, membros do Congresso Nacional, os próprios integrantes do Supremo e o procurador-geral da República; e em casos considerados infrações penais comuns e crimes de responsabilidade, ministros

de Estado, comandantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, membros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União e chefes de missões diplomáticas de caráter permanente. No processo crime do “mensalão”, além de medalhões políticos já cassados, temos a presença de banqueiros, bancários, empresários, publicitários, militantes partidários e cabos eleitorais.

O julgamento em foro privilegiado oferece duas faces: uma, positiva, pois o Supremo é integrado por ministros que, segundo reconhecimento do Senado, têm notável saber jurídico, reputação ilibada, além de plena independência, eis que atingiram o topo da carreira, e nada mais têm a aspirar além de posição destacada na História.

O juiz de primeira instância é alguém aprovado em concurso

### **Pela sentença dada ao caso ‘mensalão’, a Nação saberá que valores prevalecerão no Brasil**

público, mas isso não lhe basta para conferir os atributos dos grandes magistrados. Tem longo caminho a percorrer na acidentada carreira e um processo como o do “mensalão” pode – embora não deva – lhe trazer algum constrangimento. De toda forma, no caso de sentença equivocada, haverá instância superior destinada a corrigi-la.

Ao lado positivo do foro especial se oferece um lado negativo: decisão do Supremo Tribunal Federal não comporta recurso. É via estreita e de mão única. Por mais que se lhe critiquem, nasce com o atributo de caso julgado. Se houver condenação, será irrecorrível, e o mesmo ocorrerá na hipótese de injusta absolvição.

Para quem julga, contudo, inexistente o lado bom. No foro privilegiado, o ministro não tem o direito de errar, embora, por vezes, cometa pecados irreparáveis. Está presente, na memória das pessoas de bem, o ocorrido no caso Cesare Battisti. Condenado pela Justiça da Itália à prisão perpétua por assaltos a mão armada, triplo assassinato e por tornar inválido o filho de uma das vítimas, foi absolvido por via oblíqua, e atualmente goza a vida flinando em companhia

daqueles que o admiram.

As dificuldades dos ministros tornam-se maiores, pois decidem, em geral por maioria, após se envolver na defesa de argumentos conflitantes. Além do relator e do revisor, nove outros ministros têm o direito de concordar, ou de divergir, no todo ou em parte. Sabendo que a ação criminal do “mensalão” envolve 40 denunciados, com seus respectivos advogados, é fácil avaliar os obstáculos a ser transpostos para que haja sentença na data prevista. Bastará um dos ministros pedir vista.

A morosidade que entorpece o caso do “mensalão” tem, como um dos vetores, a proximidade da Constituição, responsável pela ampliação das competências do Supremo, sobrecarregando-o com processos que deveriam ter findado nos Tribunais de Justiça dos Estados ou em tribunais superiores.

Lembre-mos de que, com o propósito de quebrar a espinha dorsal do Supremo, o regime militar, mediante Ato Institucional, ampliou o número de ministros de 11 para 16. A experiência durou pouco, pois trouxe maus resultados, e levou o governo a retroceder. A solução consiste, obviamente, na redução da carga de trabalho, conforme já propunha Carlos Maximiliano no livro *Comentários à Constituição Brasileira*, editado em 1918. Assinalou o jurista: “A semelhança do que sucedeu com os Estados Unidos e a Argentina, acha-se o Brasil em face de um problema cuja solução se impõe – aliviar a Corte do excesso de trabalho, do qual não dá conta”.

O “mensalão” deve ser olhado como um divisor de águas. Do resultado que a Ação Criminal vier a colher, mediante votação unânime ou por maioria, a Nação poderá vislumbrar o futuro. Saberá se prevalecerão os valores advindos do trabalho e da honestidade ou se os louros da vitória pertencerão a picaretas, aventureiros e arrivistas.

A quem se encontra na planície, nada resta a fazer, senão acreditar na isenção do Supremo e aguardar a condenação dos culpados.

●  
ADVOGADO, FOI MINISTRO DO TRABALHO E PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

O ESTADO DE S. PAULO 03 JUL 2012

# O ESTADO DE S. PAULO

TUTTY

## Plano 03 JUL 2012 (do) piloto

**O**k, deve ter sido mesmo acidente de percurso, ninguém é doido de pensar que os pilotos da FAB tiveram intenção de quebrar as vidraças do STF, mas o descuido com a altitude dos caças que saudavam a cerimônia de troca da Bandeira na Praça dos Três Poderes deixa no ar um sentido figurado: há sim uma forma de tirar o sossego de quem tem telhado de vidro em Brasília, ainda que este não seja o caso do Supremo!

Se os Mirage 2000 tivessem passado um pouquinho mais pra lá ou pra cá na rota festiva do sobrevoou dominical, estaria chovendo caco de vidro até agora no Congresso Nacional ou Palácio do Planalto, dependendo daquilo que Lúcio Costa chamava de “Plano (do) Piloto”.

Nunca antes na história deste País uma metáfora foi tão pouco sutil em sua exposição pública. Nem o Lula quando se exprime através do futebol consegue estrago igual entre a intenção e o gesto de se fazer entender.

Por falar em Lula, não foi ele que em 2009 chegou a anunciar a compra de 36 caças franceses? Para quem ainda não tinha uma boa teoria conspiratória a respeito, a “onda de choque” que estilhaçou as vidraças do STF às vésperas do julgamento do mensalão fala mais que mil palavras.

Ou não, né?!



03 JUL 2012

# JORNAL DO ESTADO

## Fora das bancas

O desembargador da 18ª Câmara Cível José Sebastião Fagundes Cunha determinou a busca e apreensão dos exemplares da edição de abril de 2012 da Revista *Panorama*. A decisão, que atende a uma ação proposta pelo pré-candidato a prefeito pelo PDT, Gustavo Fruet, determina ainda a retirada da matéria do site da revista e estabelece R\$ 5 mil em multa por dia de desrespeito.

## Contexto

Segundo a assessoria de Fruet, a publicação tentava ligar o nome do pedetista a conhecidos escândalos de corrupção. O desembargador aponta que as afirmações publicadas na *Panorama* não têm base. “Afirmações como ‘Cascata de lama pode afundar candidatura de Fruet’ desprovida de um contexto de fatos por ele realizados, sem especificar quais os atos por ele praticados, mas difundindo generalidades, podem acarretar a má informação dos mais simplórios que, desgraçadamente são a maioria da Nação”, aponta na decisão. “Induvidoso que quer atingir a candidatura de Fruet e não noticiar fatos, circunstâncias e notícias. Diz, a exemplo, que opção por más companhias pode custar fracasso na candidatura de Gustavo Fruet, mas não diz em que consistiriam suas ações em companhia de tais pessoas”, avaliou o desembargador.

# JORNAL DO ESTADO

## SERVIDORES

### TJ do DF suspende divulgação de salários

A Justiça de Brasília suspendeu a divulgação de forma individualizada dos salários dos servidores públicos do Distrito Federal (DF). Contrariando as recentes práticas de órgãos públicos de divulgarem as remunerações com base na Lei de Acesso à Informação, um desembargador do Tribunal de Justiça (TJ) do DF atendeu a um pedido de liminar do Sindicato dos Servidores Públicos do DF (Sindireta), impedindo a revelação dos vencimentos de cerca de 13 mil funcionários.

O desembargador Romeu Neiva tomou a decisão durante o plantão do final de semana. Agora, a ação deverá ser distribuída para um outro desembargador, a quem caberá decidir se a liminar será ou não mantida. Para convencer Neiva a suspender a divulgação dos salários, o Sindireta alegou que poderia ser desrespeitado o direito de privacidade dos servidores, além de expô-los a riscos.

Se o TJ confirmar a liminar, a expectativa é a de que a decisão seja derrubada por outras instâncias da Justiça. O Supremo Tribunal Federal (STF), que é a mais alta Corte do País, já analisou a divulgação dos salários e decidiu dar publicidade aos rendimentos. Na semana passada, o tribunal revelou os valores dos salários recebidos pelos ministros.

Em valores brutos, cada um dos 11 integrantes do STF ganha R\$ 26.723,13 mensais. Mas as quantias líquidas variam conforme os descontos. O ministro Luiz Fux recebe o maior salário líquido: R\$ 20.130,80. Já o menor valor é recebido pelo decano da Corte, Celso de Mello: R\$ 14.324,54.

03 JUL 2012

## RÁPIDAS DO MERCADO

**Estágio** — A Coordenadoria de Recursos Criminais do Ministério Público do Paraná está com inscrições abertas para a seleção de estagiário. Podem participar estudantes de Direito matriculados a partir do 3º ano ou 5º semestre. As inscrições devem ser feitas até o dia 10 de agosto no Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (Praça Nossa Senhora da Salete, 6º andar, Centro Cívico, Curitiba) das 14 às 18 horas. Mais informações podem ser obtidas na página do Ministério Público [www.mp.pr.gov.br](http://www.mp.pr.gov.br) (estágios/testes seletivos).

# JORNAL DO ESTADO

BOMBEIROS

03 JUL 2012

## Governador Richa anuncia reestruturação

O governador Beto Richa anunciou ontem que encaminhará para a Assembleia Legislativa nos próximos meses um projeto de reestruturação do Corpo de Bombeiros. Richa disse que a proposta reunirá uma série de medidas para melhorar e fortalecer a instituição e toda a Polícia Militar do Paraná.

O anúncio foi feito durante a solenidade em comemoração ao Dia Nacional do Bombeiro, uma das atividades que compõem a programação dos 100 anos do Corpo de Bombeiros do Paraná, em Curitiba. “Vamos garantir melhor estrutura para o Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, para que tenham ainda mais condições de prestar um bom serviço às famílias paranaenses”, afirmou.

Richa ainda lembrou que o governo já anunciou investimentos na ampliação das instalações e novos quartéis no interior do Estado, na capacitação dos soldados e na modernização dos equipamentos. Entre outras ações está a contratação recente de 481 novos bombeiros e outros 1.967 policiais militares e a instalação de um novo grupo em Curitiba.

“Esta centenária e gloriosa corporação tem muito que comemorar, merece o respeito e o reconhecimento de cada cidadão e o total apoio do Governo

do Estado”, destacou o governador, que foi homenageado com a medalha do Corpo de Bombeiros do Estado. A secretária de Estado da Família e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, foi homenageada como madrinha do centenário da instituição.

O secretário da Segurança Pública, Reinaldo de Almeida Cesar, destacou o papel relevante que os bombeiros exercem na sociedade. “Todos têm uma estima e gratidão para com a corporação. Os bombeiros são heróis sem rosto que protegem uma criança, orientam um adulto, zela por um idoso, preservam o meio ambiente e estão sempre prontos a ajudar”, disse.

De acordo com o comandante do Corpo de Bombeiros, coronel Antonio Luiz Ferreira da Silva, o centenário reforça o compromisso da corporação com a comunidade paranaense. Além do governador, outras 190 personalidades, entre civis e militares, receberam a medalha alusiva ao Dia do Bombeiro. “Estou muito honrada por ser reconhecida por uma corporação que trabalha a todo o momento na preservação e resgate de vidas”, disse a secretária Fernanda Richa. O ex-governador José Richa também foi homenageado na cerimônia. Arlete Richa recebeu a medalha.

03 JUL 2012

## JORNAL DO ESTADO

**"FICHA LIMPA"**

### "Eleitor deve fazer sua parte", diz ministra

A presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, disse que, além de a Justiça aplicar com rigor a Lei da Ficha Limpa, é preciso que o eleitor faça também um "voto limpo" em outubro: "É preciso pensar não em vantagens pessoais imediatas, mas no interesse público". Na visita que fez, ontem, ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro, a presidente do TSE falou a juízes, promotores e chefes de cartório das 249 Zonas Eleitorais, na abertura de um seminário.

"Nestas eleições, temos que aplicar com rigor a Lei da Ficha Limpa, esta é a conduta que a sociedade brasileira espera da Justiça Eleitoral", discursou a ministra. "Somos a garantia do cidadão de que ele será soberano nas urnas", disse Cármen Lúcia.

Já na sede do Tribunal, a ministra anunciou que estuda o pedido de envio de tropas federais ao Rio de Janeiro e a mais quatro Estados. O presidente do TRE-RJ, desembargador Luiz Zveiter, reiterou o empenho do Tribunal em garantir a total segurança nas eleições.

Nas áreas onde há denúncias de coerção de eleitores por grupos criminosos, ele promete rigor. "Vamos proibir que os eleitores portem celular na hora de votar, sob pena de prisão", declarou. "Queremos evitar que o eleitor seja coagido a fotografar o voto, trata-se de uma forma de proteger o cidadão", justificou. Ele disse que todos vão ser orientados a deixar o celular com o mesário para votar. "Inclusive o próprio presidente do TRE-RJ", exemplificou.

03 JUL 2012

# JORNAL DO ESTADO

## REFORÇO

### Cinco estados pedem Exército

Cinco Estados, entre os quais o Rio de Janeiro, pediram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a presença do Exército em alguns municípios, durante as eleições deste ano. Depois de um encontro com 500 chefes de cartório, juízes e promotores eleitorais fluminenses, a presidente do TSE, Cármen Lúcia Antunes Rocha, disse que em breve terá um plano completo das áreas que terão o reforço dos militares. A ministra afirmou que as eleições municipais “são mais apaixonadas”, com disputas mais acirradas, e que este ano haverá um número recorde de quase 360 mil candidatos.

“Faremos um estudo completo da presença do Exército. A intenção é dar tranquilidade ao Judiciário. Todos os casos necessários nós vamos atender”, afirmou a ministra em entrevista no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio. Cármen Lúcia reúne-se nesta terça com os presidentes de todos os TREs, em Brasília. A ministra não revelou que outros Estados pediram reforço

do Exército.

Cármen Lúcia disse que pretende garantir a presença de um juiz em cada zona eleitoral do País, acabando com o acúmulo de funções que ocorria em disputas anteriores. Para isso, os presidentes de tribunais de Justiça vão autorizar remoção de magistrados para zonas eleitorais que estejam sem titulares e substitutos. “É importante que o cidadão sinta a presença física dos juízes, especialmente em áreas acirradas. Queremos que o juiz tenha tranquilidade. Eleições municipais são mais acaloradas, o eleitor se envolve mais. São mais trabalhosas pelo número de candidatos, há mais questionamento, mais impugnação. Isso não deve contaminar a situação do juiz. Já houve localidades onde se chegou a botar fogo no fórum. Joga-se sobre o Judiciário a tensão da eleição. Recebi de alguns Estados pedidos da presença do Exército. Estamos estudando o Brasil inteiro para garantir esta segurança”, afirmou a ministra.

O presidente do TRE do

Rio, desembargador Luiz Zveiter, fará um mapeamento das áreas que necessitam da presença do Exército no Estado do Rio, mas antecipou que regiões dominadas por milícia, pelo tráfico de drogas e também as que tenham UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora) receberão reforço das Forças Armadas no dia da votação, 7 de outubro. “No caso das UPPs não vamos deslocar os policiais que cuidam das comunidades para a segurança das seções eleitorais”, afirmou Zveiter.

O presidente do TRE anunciou que, no dia da eleição, serão criadas “zonas de exclusão” em algumas áreas. O objetivo, segundo Zveiter, é evitar a intimidação dos cidadãos. “Os locais de votação dessas regiões e o seu entorno serão guarnecidos. Sem restringir o direito de ir e vir da comunidade, agiremos para que os eleitores votem e deixem rapidamente aquela área. Estamos estudando essas medidas e, no dia da eleição, vai haver uma central de monitoramento”, disse o desembargador.

03 JUL 2012

## TRIBUNA DO PARANÁ

### Parentes do presidente do TJ-SP são assaltados

Uma irmã, uma sobrinha e a filha, de 4 anos, do presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, desembargador Ivan Sartori, viveram momentos de terror na noite de anteontem. Seis criminosos tentaram roubar o carro em que as três estavam. O veículo, porém, era escoltado por policiais militares que fazem a segurança da família de Sartori.

Houve tiroteio e a sobrinha do desembargador foi usada como escudo humano. A irmã e a filha caçula de Sartori ficaram dentro do carro enquanto um dos ladrões tentava fugir com o veículo. O crime ocorreu por volta das 20h40, quando o carro dirigido pela sobrinha do desembargador, um Hyundai ix35, parou no sinal vermelho.

No tiroteio com os seguranças, um dos suspeitos, Luis Guilherme dos Santos Melo, 19, foi atingido na perna direita. Ele não tinha passagem pela polícia. Os outros bandidos conseguiram fugir. O delegado Enjolras Rello de Araújo, titular do 83º DP (Parque Bristol), afirmou que os ladrões não sabiam que as vítimas eram familiares do presidente do tribunal.

Dados da Secretaria da Segurança Pública mostram que, nos cinco primeiros meses do ano, o roubo de veículos cresceu 26% na cidade de São Paulo em comparação com o mesmo período do ano passado.

# TRIBUNA DO PARANÁ

## TSE avalia convocação do Exército

03 JUL 2012

Cinco estados já solicitaram ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) a presença do Exército em alguns municípios durante a campanha eleitoral, disse na tarde de ontem a presidente do órgão, ministra Cármen Lúcia, no Rio. Ela afirmou que os pedidos ainda estão sob análise. Ela se reúne hoje com presidentes dos TREs dos 26 estados e Distrito Federal para discutir a preparação para o período eleitoral. A ministra não quis revelar os tribunais que solicitaram apoio do Exército, mas, entre eles está o Rio.

Para a presidente do TSE, as eleições municipais são “mais acaloradas” porque os eleitores estão mais próximos dos candidatos. “Os eleitores se envolvem mais. Os candidatos estão mais perto deles. Ela é mais trabalhosa pelo número de candidatos”, disse.

### Proibição

A Justiça paranaense determinou a busca e apreensão dos exemplares da edição de abril de 2012 da Revista Panorama que associavam o pré-candidato a prefeito pelo PDT, Gustavo Fruet, que moveu a ação, a escândalos de corrupção. A matéria também deve ser retirada do site da publicação, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil em caso de descumprimento da decisão.

03 JUL 2012

## FOLHA DE LONDRINA

MAZZA

### Vietnã

O procurador de Justiça Olímpio Sotto Maior vai ao Vietnã para organizar o Ministério Público daquele país. É o Paraná exportando ciência.

CLÁUDIO HUMBERTO

### Saía justa

O ministro do STF Gilmar Mendes, vítima de abordagem inapropriada do ex-presidente Lula, encontrou o anfitrião daquele encontro, ex-ministro Nelson Jobim, no prestigiado casamento de um jornalista, no final da semana. Mas não trocaram cumprimentos.

# 03 JUL 2012

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **STF calcula prejuízo de R\$ 35 mil após incidente com caças da FAB**

O Supremo Tribunal Federal (STF) calculou ontem (2) prejuízo de R\$ 35 mil com o acidente ocorrido no domingo (1º) envolvendo dois caças Mirage da Força Aérea Brasileira (FAB). Os aviões faziam demonstrações com voos rasantes durante a troca da Bandeira Nacional e provocaram uma onda de choque nos vidros do STF, que fica ao lado do pavilhão na Praça dos Três Poderes. Segundo o STF, 65 vidros grandes e vários pequenos quebraram após a manobra, totalizando 320 metros quadrados. Os reparos vão começar a partir de hoje (2), realizados pela empresa que já presta serviço de manutenção para o STF e devem ser concluídos entre dez e 15 dias. A FAB irá arcar com as despesas. O STF entrou em recesso na última sexta-feira (29) e, por isso, o dia a dia da Corte não deve ficar tão comprometido com a reposição dos vidros.

#### **Revista apreendida**

O comitê jurídico da campanha de Gustavo Fruet (PDT), comandada pelo jurista Luiz Fernando Pereira, o Pereirinha, está tendo bastante serviço no início da batalha pela prefeitura de Curitiba. Depois de livrar Fruet da censura no Facebook e na internet, agora os causídicos o comando de Pereirinha conseguiram na Justiça um mandado de busca e apreensão dos exemplares da edição de abril de 2012 da Revista Panorama.